

070

A DOUTRINA ITALIANA E A SOCIALIZAÇÃO DO DIREITO CIVIL: A FORMAÇÃO DE UMA NOVA MENTALIDADE – ANÁLISE VOLTADA AO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES.

Lourenço Floriani Orlandini, Judith Hofmeister Martins Costa (orient.) (UFRGS).

O Novo Código vem fundado na "diretriz da socialidade" em contraposição ao individualismo do Código de 1916. A pesquisa – que se insere no projeto direito privado: um espaço de mentalidades - busca averiguar quando e como se desenvolveram estes aspectos socializantes em nossa mentalidade, permitindo, já no início do séc. XXI o seu ingresso no *corpus* codificado. A hipótese inicial é que se trata de um lento processo de mudança de mentalidade, na qual teve importância a doutrina italiana dos denominados "socialistas jurídicos" dos finais do séc. XIX e início do séc. XX como fonte "socializadora". Esta necessidade de "socialização" percebe-se desde o momento da entrada em vigor do antigo código, que consagrou princípios individualistas, tornando-se inadequado às necessidades sociais da época, razão pela qual os doutrinadores brasileiros precisaram recorrer a outras fontes para flexibilizá-lo e para adaptá-lo à sociedade. Defende-se a recorrência dos nossos autores à doutrina italiana. Para comprovar a hipótese, utiliza-se o seguinte método: análise das referências a autores italianos presentes nas obras de determinados juristas nacionais de indiscutível importância (Beviláqua, Vicente Rao, Eduardo Espínola, Carlos Maximiliano, Serpa Lopes e Orlando Gomes); percepção de se tratarem, ou não, de aspectos "socializantes"; recorrência à leitura dos autores italianos (nos trechos em que foram citados); contraste entre as duas idéias, buscando-se entender a forma que ela foi recebida e enquadrando este fenômeno numa progressiva mudança de mentalidade. O trabalho restringe-se ao campo do Direito das Obrigações, sendo paradigmático, uma vez que se nota já posteriormente à entrada em vigor do Código Civil de 1916 a introdução de idéias de limitação aos princípios contratuais clássicos que giravam em torno da autonomia da vontade. (Trabalho realizado com bolsa de pesquisa CNPq/PIBIC/UFRGS). (PIBIC).